

As resistências ao corte de alíquotas

Outra missão trabalhosa para o ministro Gustavo Krause será enfrentar as resistências de parte do empresariado brasileiro ao programa de abertura comercial, que começou em maio de 1990, com o fim do Anexo C, a "lista negra" do comércio exterior brasileiro, que por 15 anos proibiu a importação de 1.800 produtos — garantindo um mercado cativo, sem concorrência de importados para fabricantes de produtos como eletrodomésticos, automóveis e brinquedos.

A abertura prosseguiu, nos últimos dois anos, com uma redução gradual das alíquotas do Imposto de Importação. Mas a concorrência dos importados sempre foi criticada por segmentos da indústria brasileira, que até nos últimos dias do Governo Collor tentaram desacelerar o cronograma de abertura.

Anteontem, 1 de outubro, a alíquota média do imposto sobre os 13.500 produtos que o país importa desceu de 21,2% para 17,1%. Em setembro de 1989, era de 35%. A Confederação Nacional da Indústria chegou a pedir a Itamar Franco uma revisão no cronograma, na véspera da mudança de alíquotas — ou seja, já depois de aprovado pela Câmara o impeachment de Collor.

A equipe de Marcílio identificava nos setores automobilístico, eletroeletrônico, têxtil, petroquímico e de máquinas e equipamentos os maiores adversários da abertura comercial. Qualquer mudança no cronograma de redução das tarifas depende apenas de portaria ministerial. A próxima redução está prevista apenas para julho do ano que vem, quando a tarifa média cairia para 15%.